

IDEOLOGIAS E CIÊNCIA SOCIAL

Maria Aparecida de ALMEIDA¹
Vera Lúcia de Carvalho MACHADO²

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**: elementos para uma análise marxista. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Michael Löwy nasceu em São Paulo, formou-se em Ciências Sociais na USP, doutorou-se na Sorbone, defendendo tese sobre o jovem Marx; possui uma extensa obra com livros traduzidos em vários países. Mora na França, é diretor de pesquisas do *Centro Nacional de Investigações Científicas*, de Paris, e colaborador do *Instituto Nacional de Pesquisa e Formação*, de Amsterdã. Em sua 17ª edição, seu livro *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*, apresenta os diferentes conceitos de ideologia e propõe a análise dialética da ideologia. Também sugere uma discussão acerca da ideologia e utopia com as práticas política e social. Na apresentação, o livro adverte o leitor que todo o conteúdo foi transcrito de gravações realizadas durante um ciclo de conferências realizado pelo autor na PUC (Pontifícia Universidade Católica), em São Paulo, em 1985. Por esse motivo, a obra não apresenta referências bibliográficas, essenciais para que o leitor possa se aprofundar em questões apresentadas pelo autor.

No primeiro capítulo, o autor apresenta o conceito da palavra *ideologia* e afirma que não vem de Marx, mas do filósofo francês Destutt de Tracy, que o apresentava como subcapítulo de estudo realizado em torno da zoologia. Para ele, a palavra tinha como significado o *estudo científico das idéias*. Napoleão, por sua vez, apresentou outro sentido à ideologia ao declarar que os ideólogos eram metafísicos que faziam *abstração da realidade*. Para Marx, ideologia é um conceito pejorativo, pois implica ilusão ou refere-se à consciência deformada da realidade. Na obra de Lênin, a ideologia

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-CAMPINAS. Campinas, SP. E-mail: <profmariealmeida@ig.com.br>.

² Doutorado em Educação pela UNICAMP. Docente, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-CAMPINAS. Campinas, SP. E-mail: <veramachado07@terra.com.br>.

Resenhas

foi apresentada como concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais. Por fim, o sociólogo Karl Mannheim afirmou que ideologia era o conjunto de concepções e idéias que se orientavam para a estabilização, legitimação ou reprodução da ordem estabelecida. Para tentar evitar essa confusão entre os termos e seus conceitos, Löwy procurou outra palavra que pudesse referir-se tanto às ideologias quanto às utopias. Dessa forma, chegou à definição de *visão social do mundo*, entendida como todos os conjuntos estruturados de valores, representações, idéias e orientações cognitivas. Essa foi a base para o início da análise dialética de uma visão de mundo. Para isso, ele partiu do pressuposto de que a hipótese fundamental de dialética está na afirmação da não existência do eterno, fixo e absoluto. “Tudo que existe na vida social está em perpétua transformação”, afirmou. Afinal, para Marx, todos os fenômenos econômicos e sociais, as chamadas leis da economia e da sociedade, são produtos da ação humana e podem ser transformados por essa ação ao se aplicar o método dialético.

Uma análise dialética é sempre baseada num estudo das contradições internas da realidade, por isso mostra necessariamente que elas são contraditórias, que existe um enfrentamento permanente entre as ideologias e as utopias na sociedade. Dessa forma, como afirma Marx, “o problema não está em enfrentar a realidade, mas em transformá-la”.

No segundo capítulo, o autor analisa a relação teórico-metodológica do positivismo com a prática política. Além disso, busca compreender o desenvolvimento do positivismo no contexto histórico-social e analisa as propostas de Max Weber. Para muitos autores, o positivismo é uma corrente filosófica cujo idealizador foi o francês Auguste Comte (1798-1857), Michael Löwy, porém, afirma que o pai do positivismo foi Jean Antoine Nicolas Caritat (1743-1794), mais conhecido como Marquês de Condorcet. O positivismo surgiu como desenvolvimento filosófico do iluminismo, que se associou à afirmação social das ciências experimentais. Propõe à

existência humana valores completamente humanos, afastando-se radicalmente da teologia e da metafísica. Assim, o positivismo associa uma interpretação das ciências e uma classificação do conhecimento a uma ética humana, desenvolvida na segunda fase da carreira de Comte. Para o antropólogo Edmund Leach, o positivismo é entendido como fato científico ligado diretamente ao que se pode observar.

Löwy, ao analisar o positivismo, aponta três idéias fundamentais: a sociedade é regida por leis naturais que independem da ação e vontade humana, sendo o social regido por leis como a própria natureza é regida; o método deve seguir a mesma forma que os utilizados pelas ciências naturais; e da mesma forma como as ciências naturais são livres, objetivas, neutras, sem ideologias, as ciências sociais devem comportar-se. Pensado dessa forma, o cientista social deve deixar de lado todos seus valores para analisar a sociedade de maneira neutra e objetiva.

No final do capítulo, Löwy apresenta Max Weber. Assume que o autor não era positivista, mas que havia um ponto em que ele convergia com o pensamento positivista, ou seja, na idéia da ciência social livre de juízos de valor.

Como, na Ciência Social, normalmente se discute o embate entre positivismo e marxismo, o historicismo comumente aparece em terceiro plano, por ser uma corrente específica. Para Michael Löwy, tanto o positivismo quanto o historicismo, como o próprio marxismo, partem da hipótese de que existe uma realidade social, uma realidade histórica, só que, pelo menos para o historicismo e para o marxismo, existe uma relação dialética entre o sujeito e o objeto do conhecimento. “Nas ciências sociais se parte da suposição de que existe uma realidade histórica, uma realidade social objetiva, que tem uma relação dialética com o sujeito do conhecimento, na medida em que este sujeito é o produtor dessa realidade e que o sujeito que produz a realidade é o que trata de conhecê-la”, afirma Löwy. Afinal, o historicismo é uma das correntes mais importantes na teoria do conhecimento social,

na ciência social e, em particular, na sociologia do conhecimento.

Para Löwy, o historicismo é dividido em três hipóteses fundamentais: a primeira, onde qualquer fenômeno social, cultural ou político é histórico e só pode ser compreendido dentro da história; a segunda, onde existe uma diferença fundamental entre os fatos históricos ou sociais e os fatos naturais; e, por último, a hipótese de que não só o objeto da pesquisa é histórico, como também o sujeito da pesquisa está imerso no processo histórico.

Em sua primeira manifestação, o historicismo toma forma essencialmente conservadora, voltada para o passado, para a justificação das instituições existentes. Mas, ao mesmo tempo, ele traz algo importante para o conhecimento científico da sociedade, que é a visão histórica (o desenvolvimento da ciência histórica moderna começa com o historicismo alemão do início do Século XIX). Porém, Droysen ataca a idéia de que a ciência histórica possa ser completamente objetiva, classificando-a como “objetividade de eunucos”. Para ele, essa objetividade é castrada, pois somente os que estão nessa categoria podem considerar o historiador neutro.

No final do Século XIX, o historicismo começa a se transformar e a assumir um caráter relativista, por não ter conseguido manter a postura conservadora que tinha no começo do século, fato observado principalmente a partir do momento em que o desenvolvimento histórico desarticula as velhas instituições veneráveis que, supostamente, eram o produto de milênios de história. Löwy afirma que essa situação de transição, em que o antigo desaparece na mesma proporção em que o novo emerge, os intelectuais se colocaram em posição de hesitação e muitas dúvidas. “É nesse clima cultural que o historicismo perde seu caráter conservador para ganhar uma dimensão relativista, que representa um avanço do ponto de vista teórico e científico, do historicismo”, completa o autor.

Em relação aos critérios metodológicos, Löwy afirma que, no primeiro, está a semelhança

entre o sujeito e o objeto; no segundo, os juízos de valor e juízos de fato são inseparáveis (como numa dependência do primeiro critério); e que o último baseia-se na necessidade de não apenas explicar os fatos sociais, mas também de compreendê-los. Essa última afirmação pertence ao filósofo húngaro – de cultura alemã – Wilhelm Dilthey. Para ele, “as ciências sociais são produtos da história e sua validade é limitada pela própria história”. Além disso, carrega uma contradição, pois pretende ser um conhecimento objetivo e, no entanto, cada obra é vinculada a uma visão de mundo, de maneira limitada.

Para Löwy isso é uma ilusão. Primeiro, porque as respostas intermediárias não são mais objetivas e neutras que as extremas; segundo, porque as sínteses são infinitas, não existindo apenas uma, mas várias análises. Mas, é com Karl Mannheim que aparece a última forma do historicismo. Esse pensador, influenciado por Lukács, avança através de dois conceitos que podem ser traduzidos como a dependência em relação ao social. Propõe, para resolver a questão da objetividade, que determinados intelectuais - os chamados livremente flutuantes, desvinculados de uma classe social -, façam a síntese das várias visões de mundo.

O quarto capítulo é dedicado ao marxismo. Segundo o autor, há uma série de textos de Marx nos quais se discute o conceito de ideologia. Por isso, ele privilegia o conceito utilizado na obra *18 Brumário de Luis Bonaparte*, pois nela há uma discussão na qual o conceito de superestrutura ideológica é utilizado e a ideologia é vista como visão de mundo da pequena burguesia. A ideologia é sistematizada e desenvolvida em forma de teoria, pensamento, por seus representantes de classe, os políticos e literários.

Löwy propõe que, além dos políticos e literários, se incluam também os cientistas, visto que, no livro *A Miséria da Filosofia*, Marx demonstra que a ideologia de classe tem seus representantes dentro da ciência e cita os economistas. Pode-se perceber, a partir daí, que é possível relacionar dialeticamente a ciência e a representação de classe.

Em *O Capital*, Marx demonstra essa sua análise. O cientista é um burguês que defende os interesses de sua classe, mas isso não quer dizer que sua teoria não tenha valor científico. Economistas clássicos como Adam Smith e Ricardo tentam, através de seu trabalho, captar a verdade e suas análises são profundas; o problema está em, devido ao fato de terem uma visão burguesa, não conseguirem avançar a análise para além desse limite. De outro lado, há os economistas vulgares, que são aqueles que se vendem ao interesse da burguesia. Suas teorias de nada valem: por não aprofundarem suas idéias, são superficiais. São os lacaios da burguesia.

Quando a burguesia não estava no poder, enquanto quem dominava era o rei, o clero e a nobreza, ela era classe opositora, revolucionária. Nesse momento era possível ter-se um desenvolvimento científico objetivo. Essa, contudo, é uma análise moral para a luta de classes. A economia política deixa de ser objetiva e passa a ser vulgar, representando as necessidades da classe burguesa. Para Marx, Ricardo representa o setor progressista mais avançado da burguesia industrial e do outro, tem-se Malthus, que representa o setor mais atrasado, reacionário, favorável a uma aliança com a monarquia, clero e proprietários de terra. Duas representações diferentes da própria burguesia, que explicam os valores científicos de cada um.

Além desses, Marx analisa Sismondi, que não é considerado nem progressista e nem vulgar: suíço, do século XIX, sua grande

importância decorre da crítica e da visão negativa dos resultados do capitalismo; cujo progresso resulta na pobreza, desemprego, desigualdade social, etc. O que Marx critica nele é o fato de ser um passadista, isto é, quer voltar ao passado, ao artesanato, produção familiar, etc., mas o respeita muito. Marx acredita no progresso, no desenvolvimento das forças produtivas, e compara Malthus com Sismondi. A diferença entre eles é que Malthus representa o ponto de vista da classe dominante e tem uma visão retrógrada. Assim, Marx escreve que os economistas são os representantes científicos dos interesses da classe burguesa e os socialistas e comunistas são os que representam a classe proletária.

O problema central é o de saber se “é possível eliminar as ideologias do processo de conhecimento científico?” E Löwy, através de sua análise, demonstra que cada intelectual está inserido em um momento histórico, econômico, social e cultural e que sua produção intelectual representa interesses, ideologias (conservadoras) ou utopias (revolucionárias). Como Marx diz, cada intelectual, através de seu pensamento, representa determinada classe social; depende dele escolher qual classe social quer defender, como afirma o autor.

Por sua característica, a obra de Löwy é de fácil compreensão para aqueles que estão se iniciando na produção do conhecimento nas Ciências Sociais.

Recebido em 20/8/2007 e aceito para publicação em 13/9/2007.

UMA ANÁLISE DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Areta Held PREVIATTI¹
Eliana Maria OLIGURSKY¹
Wania Cristina Tedeschi RAMPAZZO¹
Vera Lúcia de Carvalho MACHADO²

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

Este livro surgiu das experiências que Chizzotti (2006) viveu no curso de Pós-Graduação, observando a necessidade de orientações que os mestrandos tinham com relação às elaborações de tese ou de dissertação para mestrado. Houve participação dos docentes e em especial dos alunos de doutorado em Educação da PUC-SP, entre outros colaboradores.

Chizzotti divide o livro em partes, sendo a primeira com fundamentação histórica e filosófica sobre a pesquisa qualitativa, portanto teórica, e a segunda com apresentação detalhada e mais técnica de como pode ser feita uma pesquisa qualitativa, ou seja, como se constrói uma pesquisa qualitativa através de estratégias que o autor cuidadosamente descreve. Acrescenta uma bibliografia relevante, caso o leitor queira se aprofundar sobre o assunto. Ao final do livro, encontra-se uma série de sítios da internet sobre pesquisa em ciências humanas e sociais.

O livro é recente, com publicação em 2006. Apresenta uma linguagem objetiva, porém carregada de elementos gramaticais e explicações complexas. O autor consegue transmitir ao leitor o entendimento necessário sobre o que seja uma pesquisa, o que é ser pesquisador, as concepções que orientam a visão de mundo do pesquisador, quais os procedimentos de investigação do problema a ser pesquisado, bem como as estratégias adequadas para se desenvolver uma pesquisa qualitativa.

Por um lado, concordamos com o autor quando afirma que o livro é uma contribuição valiosa e atual para os novos pesquisadores de qualquer área do conhecimento. Por outro lado, discordamos quando diz que a obra não é um manual de pesquisa. O livro é escrito e dividido de tal maneira que muitas vezes se apresenta como um grande guia de como se aplicar uma pesquisa qualitativa nas suas diversas possibilidades.

¹ Mestrandas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-CAMPINAS. Campinas, SP. E-mails: <areta.hp@bol.com.br>; <elianamariamoreno@hotmail.com>; <lrampazzo@gmail.com>.

² Doutorado em Educação pela UNICAMP. Docente, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-CAMPINAS. Campinas, SP. E-mail: <veramachado07@terra.com.br>.

Uma crítica a este autor refere-se à dificuldade que os investigadores principiantes possam apresentar devido à escrita complexa do autor, necessitando de maior esclarecimento de conceituação e por isso é importante ter a referência bibliográfica ao final de cada assunto, para que haja uma incursão do investigador para esclarecer suas dúvidas em outras obras.

Ressalte-se, ainda, a discussão filosófica desenvolvida pelo autor sobre o surgimento histórico da pesquisa qualitativa, destacando alguns filósofos importantes e os cinco grandes marcos históricos, que promoveram mudanças socioculturais na maneira de refletir sobre as coisas, os seres e os objetos.

Nesse contexto, faz um breve histórico do cenário mundial do desenvolvimento científico a partir dos séculos XVII e XVIII, com a Revolução Inglesa (1688), a Revolução Francesa, (1789) - conseqüentemente a revolução industrial com a consolidação do capitalismo -, até o século XX, em que se apresentam os grandes marcos com datas não muito precisas, mas que situam a pesquisa qualitativa dentro da evolução histórica da sociedade, focando as necessidades de cada época.

Os conceitos de objetividade, validade, fidedignidade e rigor da pesquisa científica vão sendo transformados à medida que se começa a repensar a finalidade da pesquisa qualitativa. O movimento passa da corrente filosófica empirista, idealista, positivista, historicista até a dialética, que é o movimento que a corrente filosófica marxista preconiza.

Chizzotti destaca a importância da fundamentação teórica (epistemologia) na pesquisa qualitativa, pois esta se encaixa em qualquer corrente ideológica, seja ela positivista, marxista, fenomenológica, construtivista, historicista ou outras. Por isso, o processo de investigação precisa ser neutro, mesmo sabendo-se que o pesquisador pertence a um grupo social, a um contexto histórico, político e econômico da sociedade que determinam uma visão de mundo. Podemos perceber aí uma certa contradição do autor, pois sabemos que muitas

dessas correntes citadas são contra a idéia de que o pesquisador pode e consegue ser neutro, sendo um sujeito histórico, social e marcado por valores e ideologias.

A metodologia empregada no desenvolvimento da pesquisa é abordada por Chizzotti (2006) com enfoque qualitativo, mas não deixa de fazer uma abordagem às pesquisas de caráter quantitativo, muito utilizadas nas ciências naturais baseadas em dados mensuráveis. O autor defende a pesquisa qualitativa, porém não considera inválida uma pesquisa quantitativa. Esclarece que o que faz uma pesquisa ser qualitativa é o tratamento de se analisar significativamente os dados coletados, não deixando de atender ao rigor e à objetividade que uma pesquisa exige.

Atualmente, a tendência que os pesquisadores adotam é a pesquisa qualitativa, cuja metodologia permite uma maior reflexão sobre os dados e vem atendendo vários segmentos de áreas de conhecimento não só da educação.

De acordo com Chizzotti, percebe-se o crescente uso da etnografia em diferentes áreas de pesquisa, tendo em vista o pressuposto fundamental: através da interação direta com as pessoas na vida cotidiana, auxilia na compreensão de suas concepções, práticas, motivações, comportamentos e procedimentos.

O texto traz uma visão sócio-histórica da etnografia, ressalta o seu significado como sendo uma descrição das crenças, magias, artefatos e da organização social de um determinado grupo ou comunidade. A etnografia, no entanto, consolida-se como a descrição do conhecimento cultural do meio em que estão os informantes, pela observação e significados atribuídos às suas ações e práticas.

Enfatizamos que, por meio das técnicas etnográficas de observação participante e de entrevistas, é possível documentar o não documentado, isto é, desvelar os encontros e desencontros que permeiam o dia a dia, descrever as ações e representações de seus atores sociais, reconstruir sua linguagem, suas formas de

comunicação e os significados que são criados e recriados.

Chizzotti faz uma exposição didática, reunindo as pesquisas ativas em dois títulos: pesquisa-ação e pesquisa participativa. As pesquisas ativas possuem sentidos extremamente variados, com tipos e objetivos específicos. Apresentam, entretanto, uma raiz comum com significativas diferenças científicas e sociopolíticas.

A expressão pesquisa-ação não é nova no cenário das Ciências Sociais. Ela foi usada pela primeira vez por Kurt Lewin (1947). Os princípios da pesquisa-ação pressupõem diversas fases espirais reiteradas de análise, pesquisa de fatos, conceituação, elaboração de planos de ação, realização desses planos, seguida de avaliação.

O texto mostra que a década de 50 marcou o florescimento desse tipo de pesquisa nos dois hemisférios, embora com ênfases diferentes. No Sul, vinculada aos movimentos sociais populares, e no Norte, como forma psicanalítica, decorrente da Segunda Guerra Mundial.

No entanto, nos anos 70, a pesquisa-ação ingressa em ciências sociais como um novo paradigma que reformula o conceito de mudança e que contesta os fundamentos da pesquisa tradicional e torna-se um meio de ultrapassar as muralhas que separam a pesquisa acadêmica dos problemas reais da sociedade, superando a característica positivista da "ciência pura".

O autor apresenta a pesquisa participativa como um meio de mudança efetiva para a qual os sujeitos devem elaborar e trabalhar uma estratégia de mudança social. Complementa que a pesquisa assim compreendida constitui-se como uma prática social, com o objetivo de modificar as circunstâncias, cabendo ao pesquisador profissional o papel de animador do intercâmbio de informações e de gerador de um novo conhecimento para melhorar uma situação dada.

Pode-se acrescentar, também, que nesse tipo de pesquisa distinguem-se dois tipos de práticas decorrentes de seus objetivos, possibilidades efetivas e meios para sua

realização: pesquisa para a ação e pesquisa pela ação.

Como assinala Chizzotti, história de vida é o relato de uma experiência significativa vivenciada por um indivíduo ou um grupo colhido pelo investigador de forma oral ou por escrito, o qual ainda pode recorrer a outras fontes que tenham relação à história para complementar a pesquisa.

A biografia é uma maneira de relatar a vida de um indivíduo, narrada por outra pessoa. Normalmente, é escrita a partir de documentos e hipóteses. Acreditamos que a biografia, muitas vezes, é repleta de especulações.

Quando uma biografia é escrita pelo próprio sujeito, é denominada de autobiografia. Concordamos com Chizzotti, quando afirma que nesse tipo de relato o autor pode eleger os fatos que quiser, ocultar verdades, distorcer situações. Assim, ela pode ser considerada uma fonte tendenciosa e, muitas vezes, perder sua credibilidade e autenticidade.

Para explicar a história oral o autor recorre à definição de memória. Essa análise vem recuperar as lembranças do grupo, e muitas vezes sua descrição é voltada mais para a subjetividade dos indivíduos do que para o fato em si.

Ressaltamos a importância dada no texto às condições metodológicas ao se trabalhar com vidas humanas, diante de suas instabilidades, fluências e imprevisibilidades. São descritas algumas alternativas, inclusive, para utilizar-se o método bibliográfico.

Em relação à análise de conteúdo, análise de narrativa e análise do discurso Chizzotti, afirma que são documentos de qualquer natureza transformados em textos para serem analisados. Já o estudo de caso envolve um indivíduo ou algumas pessoas inseridas em um contexto real. Destacamos a crítica que o autor faz a esse tipo de pesquisa, na qual afirma que o estudo de caso não tem uma amostra que possa oferecer base para generalizações, devido a seus resultados serem fechados, específicos e restritos.

Essas análises pretendem, ao retirar do texto os elementos para compreendê-los, garantir a imparcialidade objetiva. Sabemos, contudo, que a simples ação do investigador, em retirar certos elementos em detrimento de outros, não é uma atitude imparcial, mas guiada pelo seu olhar, que é imbuído de pré-conceitos, valores, ideologias e anseios.

Concordamos com o autor, quando afirma que essas análises precisam ser interpretadas em um contexto histórico, social, cultural e político.

Concluimos que no livro podemos ver dois tipos de abordagens: epistemológicas - resgatando concepções filosóficas e teóricas -, e abordagens mais técnicas - definindo passo a

passo como proceder na pesquisa. Nesses momentos a estrutura do texto é em forma de itens, elencando as seqüências a serem seguidas, como um autêntico manual. Dessa forma, não deixa de ser um grande auxiliar para os que começam cursos de pós-graduação.

Por fim, é importante destacar que a classificação apresentada pelo autor não é consensual pelos pesquisadores que abordam essa metodologia, havendo diferenças nas análises e nomenclaturas propostas por outros autores.

Recebido em 22/8/2007 e aceito para publicação em 12/9/2007.